



Correspondantes internacionais

Introdução

ZÉLIA LEAL-ADGHIRNI

Professora
Universidade de Brasília
zeliadghirni@gmail.com

GUILLAUME PINSON

Professeur
Université Laval, Québec
Guillaume.Pinson@lit.ulaval.ca

DENIS RUELLAN

Professeur
Université Paris-Sorbonne
GRIPIC
denis.ruellan@celsa.paris-sorbonne.fr



Este novo dossiê da revista *Sobre jornalismo* / *About journalism* – *Sur le journalisme* trata dos correspondentes, jornalistas encarregados pelas empresas de mídia em que trabalham da cobertura dos acontecimentos (políticos, sociais, culturais, etc.) fora de suas fronteiras, geralmente num país estrangeiro. A correspondência internacional é uma dimensão midiática fundamental que tem raízes históricas. Os primeiros jornais impressos no fim dos séculos XVI e XVII, nas cidades europeias, foram abastecidos pela reprodução de notícias provenientes do exterior. O fenômeno existia inclusive antes do advento da imprensa e continuou depois com as “notícias feitas à mão”, um tipo de correspondência particular difundida por observadores que trabalhavam para clientes distantes, mencionando os movimentos políticos e culturais em determinados lugares. Desde suas origens, o jornalismo é fundamentado na filiação epistolar da correspondência: o jornal publica cartas enviadas por seus correspondentes jornalistas. E o discurso jornalístico muito se nutriu do gênero carta: a crônica e o editorial foram por muito tempo redigidos como formas derivadas de conversações epistolares que os jornalistas teriam com os seus leitores. As primeiras reportagens sobre zonas de guerra – numa época em que o gênero ainda não era claramente definido, na Itália e na Crimeia nos anos 1860 – foram igualmente construídos sob a forma de correspondências enviadas pelos jornalistas aos seus jornais. Mas a partir da mesma época, essa prática,

Pour citer cet article

Référence électronique

Zelia Leal-Adghirni, Guillaume Pinson, Denis Ruellan « Correspondantes internacionais, Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°1 - 2016, mis en ligne le 15 septembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

em parte, se afasta da carta e assume uma forma mais seca, menos pessoal mais padronizada: o despacho de agência. Esse modelo marca o surgimento de um fenômeno essencial na história da circulação internacional da informação: o desenvolvimento das agências internacionais de notícias no decorrer do século XIX, cujos representantes mais importantes permanecem ainda no mercado. Para servir clientes múltiplos e acelerar o ritmo de produção e de transmissão das notícias, o despacho de agência se transforma em telegrama, perde o seu estatuto de carta, e se despessoaliza.

No entanto, a correspondência sobrevive e se desenvolve. No momento em que os jornais optam definitivamente pela difusão de informações (no início do século XX, na maioria das sociedades europeias e americanas), a correspondência internacional encontra um novo estatuto. A atuação do correspondente no exterior permite aos grandes jornais a construção de redes confiáveis de informantes locais a fim de fornecer uma matéria original e de se inscreverem numa lógica concorrencial. « Do nosso correspondente » é uma fórmula que os jornais criaram para valorizar suas qualidades próprias e atrair leitores. Conseqüentemente, as trocas recíprocas e simultâneas passam a ser produzidas em nível internacional: às vezes os correspondentes são originários do mesmo país que seu jornal, outras são recrutados dentre os jornalistas locais do país que o jornal deseja cobrir. A ancoragem no lugar de cobertura é uma dimensão importante: é sobre o fato que ele está imerso na cultura e na sociedade locais que o correspondente funda uma parte da sua legitimidade.

A partir do fim do século XIX, duas especialidades jornalísticas se estabelecem: *repórter*, *enviado* ao centro dos acontecimentos de maneira pontual, e o *correspondente*, instalado numa cidade ou país estrangeiro. Hoje, esta divisão permanece inalterada na organização do serviço internacional das grandes mídias, com redatores especializados encarregados de acompanhar uma parte do mundo a partir da redação central, graças às informações fornecidas pelas agências, uma rede de correspondentes no exterior, e *enviados* especiais capazes de partir rapidamente para cobrir os acontecimentos onde eles se produzem. Esta divisão das tarefas não concerne mais somente a área política. Por exemplo, mídias especializadas no esporte ou ainda, veículos que dedicam espaço importante para esse tema, podem também ter redatores, repórteres e correspondentes no exterior. Os redatores especializados utilizam do seu conhecimento sobre um país ou zona geográfica construir sua marca e o seu valor no mercado de trabalho. Os enviados são geralmente polivalentes. E aqueles que possuem o estatuto de correspondente ficam apenas alguns anos em um país e retornam à sede do jornal ou assumem um cargo em outro país,

salvo no caso dos jornalistas locais que atuam como correspondentes para jornais de outros países.

A digitalização dos conteúdos e das redes de transmissão de dados transformou o trabalho do correspondente. As redações das grandes mídias ainda dão muita importância à possibilidade de recorrer regularmente ao trabalho de um correspondente no exterior, mas é menos certo que a situação desses jornalistas e sua legitimidade fiquem inalterados no contexto digital.

A abundância dos dados e das informações disponíveis fragilizam o estatuto do correspondente, mesmo que ele possa agir como guia capaz de ponderar as inúmeras informações digitais que circulam ao seu redor. A mídia reduziu o número de correspondentes contratados, fechou postos e passou a confiar a um único jornalista o cuidado de cobrir não mais um país, mas uma zona continental. As mídias recorrem cada vez mais aos serviços de *free-lancers*, sem contrato fixo. O profissional trabalha em tempo parcial e simultaneamente para várias mídias que preferem substituir o correspondente pelo enviado especial de acordo com a importância dos acontecimentos. Às vezes, o correspondente *free-lancer* se torna o *fixer* (espécie de produtor) do enviado especial, a quem fornece os contatos e o roteiro. A mídia também recorre cada vez mais aos jornalistas nativos do país onde acontece a cobertura devido à qualidade dos seus contatos locais e ao seu baixo custo, pois as tarifas de remuneração entre locais e expatriados são diferentes.

Formados parcialmente no exterior ou tendo circulado o suficiente para conhecer as expectativas da mídia ocidental, e tendo ainda conhecimento acumulado por sua experiência como *fixer* dos repórteres estrangeiros, os profissionais locais ocupam hoje parte do mercado do laboral, incluindo trabalhos de fotografia e a televisão nos quais a barreira da língua não representa um obstáculo à criação de conteúdos. Os números publicados anualmente pela organização Repórteres Sem Fronteiras expõem esse deslocamento: o falecimento de jornalistas no contexto de guerra são, na sua imensa maioria, o de repórteres locais que trabalham principalmente para a mídia estrangeira.

A correspondência internacional é ainda afetada pelas novas formas da comunicação. Hoje em dia, alguns correspondentes usam as redes sociais para identificar fontes, verificar informações, e receber alertas: frequentemente, um acontecimento não foi ainda capturado pela mídia (inclusive local) mas já é objeto de publicações brutas e de comentários nas redes. Estas ferramentas facilitam consideravelmente o trabalho do correspondente que se liberta,

graça a eles, do tempo, das distâncias e dos contratempos (controle de estradas, interdições legais, perigos) localizando interlocutores antes de contactá-los por telefone ou internet; as redes permitem também determinar assuntos ou ângulos originais. Porém, suprimem em parte a distância geográfica algo que justificava o envio de correspondentes: a partir da redação central de um veículo de mídia, um redator especializado pode fazer o mesmo trabalho de localização dos assuntos e fontes, de seleção e de contato. Não há novidade nisso. Os especialistas sempre utilizaram seu bloco de anotações e sua agenda de telefones para compensar a distância, mas as redes sociais multiplicam as possibilidades: de Paris ou Londres, pode-se acompanhar ao vivo uma polêmica que acontece em Tel Aviv no Twitter; de Nova-York, Delhi ou Brasília, pelo Facebook, pode-se contatar fontes que presenciaram um acontecimento ou estiveram próximas dele publicando conteúdos a partir dos territórios palestinos e isso graças as funcionalidades de geolocalização das contas e das identidades online. A vigilância à distância também permite às redações centrais formular pedidos aos correspondentes que já estão nos locais dos acontecimentos.

É verdade, porém, que a correspondência não se reduz a um jornalismo do imediato. Ela é, desde sempre, um elemento importante da representação do “eu midiático”, da relação diplomática e do intercâmbio cultural. A disponibilidade de correspondentes no local dos fatos é a maneira, para um veículo, de se apresentar aos seus públicos de um jeito importante, e de informar o seu próprio ambiente político, econômico, social e cultural, e de afirmar sua presença. O correspondente é também, ainda hoje, um representante do seu país, sobretudo se ele trabalha para uma grande empresa de mídia. No início, as agências internacionais - e não faz tanto tempo - funcionavam um pouco como embaixadas. O chefe do escritório local era visto como um representante do seu país. Às vezes ele era mesmo ligado ao corpo diplomático e a fronteira entre os papéis de um jornalista que passa informações para sua mídia e a de um representante de ministério que informa sua base não era tão evidente. Ainda hoje, a abertura ou fechamento de um escritório de correspondente é uma situação sensível, tanto para o país de origem quanto para o país que recebe, pois a representação da mídia faz parte da presença diplomática no sentido amplo do termo. Ela contribui para difusão da cultura dos dois países envolvidos, da mesma maneira que as delegações culturais e econômicas oficiais.

A correspondência internacional, que há muito faz parte do jornalismo ainda é, portanto, uma questão atual. Esse dossiê da revista não aborda todos esses assuntos, ele se propõe a trazer alguns esclarecimentos fundados em estudos empíricos. Primeiramente, a partir de um retorno à época da

Guerra Fria vivida a partir da Alemanha Federal, Thomas Birkner sublinha a interpenetração dos níveis da diplomacia que exercem um Estado de uma parte e a mídia de outra parte. A análise de arquivos lhe permite mostrar a importância das atividades dos correspondentes estrangeiros cujos efeitos não se medem somente à cobertura jornalística. Interessando-se aos correspondentes estrangeiros na França, Jérémie Nicey observa ao mesmo tempo uma redução do número de escritórios de veículos mídia no exterior e uma ampliação da área de cobertura e de suas competências. Ele se questiona sobre o desaparecimento de um modelo de organização e sua renovação sob novas formas. Pela observação da atividade dos correspondentes franceses na China e a análise da sua produção, Jiangeng Sun destaca as grandes dificuldades da mídia em cobrir um país de tamanha importância em razão dos limites impostos às suas atividades pelas autoridades chinesas e pela barreira da língua. Essa capacidade dos estrangeiros de perceber a alteridade política e cultural interessa particularmente a Margarethe Born Steinberger-Elías. Ela se pergunta como se organizam os esquemas culturais importados pelo correspondente em relação às formas locais de percepção da realidade, e se a circulação digital dos discursos é de natureza a mudar a situação. O foco nos dispositivos digitais está presente no artigo de Antonella Agostino; depois de observar os correspondentes franceses e italianos junto à União Europeia, ela conclui que a Internet não mudou fundamentalmente o trabalho dos jornalistas estrangeiros, que permanecem muito ligados às suas fontes pelos formatos tradicionais de interação. Luciane Fassarella Agnez e Dione Oliveira Moura defendem também uma certa permanência do papel do correspondente analisando a importância do mito do jornalista enviado para o exterior construção de certas representações sobre a profissão. Dessa forma, exercer a função de correspondente numa capital afastada do país de origem seria um sinal de sucesso profissional.

Os dois últimos artigos deste dossiê se apoderam do assunto de um ponto de vista mais socio-histórico. Véronique Juneau examinou os primeiros correspondentes de guerra, no decorrer da segunda metade do século XIX. Ela mostra como se constrói a sociabilidade das pessoas que escrevem e das pessoas que lutam, de como uma especialidade forja um ethos coletivo e se apodera de um espaço de legitimidade. Enfim, Tania Regina de Luca demonstra como, no fim do século XIX, a atividade dos correspondentes da imprensa brasileira no exterior contribuiu ao mesmo tempo para a evolução da paisagem midiática e para a formação da profissão com seus papéis, práticas e contratos de trabalho.